



CERTIFICADO Nº 1864 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/RAS, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : PEDREIRA MONTE SIAO LTDA
CNPJ/CPF : 02.859.448/0001-90
Empreendimento : PEDREIRA MONTE SIAO LTDA
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Sítio Sítio União dos Órfãos número/km oo Bairro zona rural Cep 36606-000 Guarará - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Guarará (LAT) -21.7271, (LONG) -43.0181
Fator locacional resultante : 0
Classe predominante resultante : 2
Processo Administrativo Licenciamento : 1864/2022
Número do Processo na ANM e Ano : 830.401/1999
Titular ou Requerente : PEDREIRA MONTE SIAO LTDA
Substância(s) Mineral(is) : GNAISSE

Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
A-02-09-7	Extração de rocha para produção de britas	Produção bruta	9.000	m³/ano
A-05-04-6	Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos	Área útil	0,78	ha
B-01-01-5	Britamento de pedras para construção	Área útil	0,15	ha

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 10 ano(s), com vencimento em 14/10/2032.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Ubá, 14/10/2022.

Documento assinado eletronicamente por DORGIVAL DA SILVA, Superintendente, em 14/10/2022 13:52 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou Agência Nacional de Petróleo (ANP), nos termos do art. 23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.



CERTIFICADO Nº 1864 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Condicionantes

01 - Toda e qualquer intervenção ambiental (supressão de vegetação, corte de árvore esparsa ou isolada, intervenção em área de preservação permanente) só poderá ser realizada mediante prévia autorização do órgão ambiental competente, em processo administrativo próprio. Prazo: Durante a vigência da Licença.

02 - Comprovar através de relatório técnico descritivo/fotográfico a implantação dos dispositivos de drenagem a serem instalados na pilha de estéril e entorno, conforme cronograma proposto no RAS. Prazo: Em até 30 (trinta) dias após a conclusão das atividades propostas no cronograma executivo.

03 - Comprovar através de relatório técnico descritivo/fotográfico a implantação dos dispositivos de drenagem na área correspondente à frente de lavra e acessos. Prazo: Em até 30 (trinta) dias após a conclusão das atividades propostas no cronograma executivo.

04 - Apresentar relatório descritivo e fotográfico, demonstrando a execução das manutenções periódicas no sistema de drenagem de águas pluviais do empreendimento (canaletas; bacias de contenções, bueiros, diques de contenção, entre outros) das áreas correspondentes à pilha de estéril e entorno; frente de lavra e acessos. Prazo: Anualmente, todo mês de outubro durante a vigência da licença.

05 - Apresentar relatório descritivo e fotográfico, demonstrando a execução da revegetação com braquiária das superfícies da pilha de estéril conforme cronograma proposto no RAS. Prazo: Em até 30 (trinta) dias após a conclusão das atividades propostas no cronograma executivo.

06 - Apresentar relatório descritivo e fotográfico, demonstrando a execução das ações propostas no RAS para o controle das emissões atmosféricas e material particulado. Prazo: Anualmente, todo mês de outubro durante a vigência da licença.

07 - Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. Prazo: Durante a vigência da licença.

08 - Fica vedada a realização de manutenções em máquinas e veículos na área do empreendimento. A realização das referidas atividades só poderá ser promovida mediante implantação de local adequado, dotado de cobertura, piso impermeável e caixa separadora de água e óleo, devendo ser previamente comprovado à SUPRAM-ZM. Prazo: Durante a vigência da licença.

09 - Protocolar Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD seis meses (06) antes do encerramento das atividades, conforme Termo de Referência disponibilizado pelo órgão ambiental e com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica-ART. Prazo: Ao fim da atividade de extração mineral.